



**ACÓRDÃO Nº302/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12323/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Luiz Carlos Augusto Bentes Dinelli (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3325/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués - SAAE. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Luiz Carlos Augusto Bentes Dinelli**, responsável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués – SAAE, relativo ao exercício de 2019, nos termos do art. 22, inciso II e 24 da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, c/c art. 5º, II e art. 188, § 1º inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Luiz Carlos Augusto Bentes Dinelli** no valor de **R\$ 3.000,00** ( três mil reais) em decorrência dos itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 do Relatório/Voto referentes às impropriedades apontadas pela DICAMI e itens 9.2.1 e 9.3.1 referentes às impropriedades apontadas pela DICOP, nos termos do art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 – RI-TCE/AM e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio



**ACÓRDÃO Nº302/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Recomendar ao Sr. Luiz Carlos Augusto Bentes Dinelli** e ao órgão de origem, a observância das normas legais que norteiam boa Administração Pública, devendo tomar ciências das impropriedades apontadas nas peças técnicas emitidas nesta instrução processual, especialmente nos itens relacionados 5.1, 5.3 e 6, a fim de evitar o cometimento de futuras falhas.

**10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno:**

**10.4.1.** Notifique o interessado, e seu patrono se houver, com cópia das peças Técnicas, quais sejam: Relatório Conclusivo e Parecer Ministerial, Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório.

**10.4.2.** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, que votou pela irregularidade da Prestação de Contas, aplicação de multa ao gestor, representação ao Ministério Público e ciência ao interessado.*

**11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 22 de Março de 2022

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos



**ACÓRDÃO Nº302/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e  
Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral